

**RESUMOS DOS
TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE
CURSO
2018.1**

ISBN: 978-17-2456-633-0
Faculdade Metropolitana São Carlos

ORGANIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DA COLETÂNEA

Profa. Dra. Bianca Magnelli Mangiavacchi

Profa. Ma. Neuza Maria de Siqueira Nunes

Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

ISBN: 978-17-2456-633-0

FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS

Avenida Governador Roberto Silveira, nº 910

Bom Jesus do Itabapoana-RJ

CEP: 28.360-000

Site: www.famescbji.edu.br

Telefone: (22) 3831-5001

Projeto Gráfico da Capa: Tauã Lima Verdán Rangel

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

Ficha Catalográfica
Preparada Pela Biblioteca Marlene Henriques Alves

F143r Faculdade Metropolitana São Carlos.
Resumos dos trabalhos de conclusão de curso : 1. semestre de 2018 / Faculdade
Metropolitana São Carlos; organização Neuza Maria de Siqueira Nunes e Tauã
Lima Verdan Rangel. – Bom Jesus do Itabapoana, RJ : [s.n.], 2018.
47 p.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web: <http://www.famesc.edu.br/biblioteca/>.

ISBN 978-17-2456-633-0

1. FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS – TRABALHOS
ACADÊMICOS - RESUMOS 2. PESQUISA – BOM JESUS DO
ITABAPOANA (RJ) – RESUMOS I. Faculdade Metropolitana São Carlos II.
Título.

CDD 378.8153

CURRICULUM DOS ORIENTADORES E COORIENTADORES

Carolina Crespo Istoe

Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista *Lato Sensu* em Farmacologia Geral e Clínica pela Faculdade Cathedral.

Cláudia Caixeta Franco Andrade

Doutora em Genética pela Universidade de São Paulo. Mestra em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Felipe Nogueira Alves da Silva

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Vila Velha. MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas.

Monique Bessa de Oliveira Prúcoli

Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Saúde da Família pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista *Lato Sensu* pelo Centro Universitário São Camilo.

Oswaldo Moreira Ferreira

Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Especialista *Lato Sensu* em Direito Civil pela Universidade Gama Filho.

Tauã Lima Verdan Rangel

Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas pela Faculdade Metropolitana São Carlos. Especialista *Lato Sensu* em Direito Administrativo pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito Ambiental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Direito de Família pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI)/Instituto Alfa. Especialista *Lato Sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES.

P R E F Á C I O

Prezado Leitor!

É com grande satisfação que prefaciamos o Caderno de Resumos dos Trabalhos de Curso oriundos dos Cursos de Administração, Ciências Biológicas (Licenciatura), Direito e Enfermagem, apresentados durante o segundo semestre de 2017, na Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

A FAMESC, em sua missão institucional, se apresenta como um agente de transformação e desenvolvimento regional, o quê só é possível por meio do alinhamento entre os eixos estruturantes do ensino universitário, a saber: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além disso, ciente da necessidade de construção de um perfil profissional diferenciado e capaz de atender as demandas da região, a FAMESC idealizou o evento com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas.

Logo, os trabalhos de curso cujos resumos compõem essa iniciativa refletem a dedicação dos discentes e o comprometimento dos professores-orientadores em conduzir processos de construção acadêmico-científicos que atendam tal missão.

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

O ambiente acadêmico deve ser um espaço democrático de contribuições recíprocas, reflexões crítico-científicas e heterogêneo, a fim de compreender dinâmicas e temáticas dotadas de relevância no contexto atual, o que os trabalhos de conclusão de curso espelham em seu processo de concepção e construção.

Convidamos todos à leitura!

Profa. Dra. Fernanda Castro Manhães
Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos

SUMÁRIO

Apresentação – Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel	11
CURSO: DIREITO	13
Alimentação avoenga à luz do melhor interesse do alimentado sob a responsabilidade subsidiária	14
Camila Barbosa da Rocha Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira	
O trabalho infantil em questão no Brasil	16
Cândida Guimarães Gimenes Teixeira Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva	
O princípio da celeridade nos processos de interdição à luz do melhor interesse do idoso com doença de Alzheimer	17
Cláudia Lima Teodoro Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel	
Aposentadoria por invalidez no RPPS – Regime Próprio de Previdência Social: análise da relação do ambiente laboral deficitário ao longo do período de contribuição	18
Douglas Moreira Farias Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira	
Qual o acordo doutor? A crise de efetividade no microsistema dos Juizados Especiais: uma análise do JEC de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, no período de janeiro a dezembro de 2017	20
Flávio José Silva Ferreira Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel	
A alienação parental no genitor alienado	22
Jéssyca Boechat Soares Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel	
A aplicação do princípio da insignificância na conduta de posse de drogas para uso pessoal.....	23
João Paulo Padilha Aquino	

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Desatando nós e fortalecendo laços? Os obstáculos da efetivação da mediação em um sistema adversarial processual beligerante24

Joaquim Jacintho da Silveira Neto

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

A aplicabilidade do instituto da detração penal nas medidas cautelares substitutivas da prisão processual instituídas pela Lei nº 12.403/201126

Julliana Guimarães de Moraes Dutra Leal

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Os meios de comunicação e a sua interferência no sistema processual penal brasileiro27

Larissa Passalini Paixão

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

A função social do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU verde) como instrumento de proteção ao meio ambiente.....29

Laura Madeira de Moraes

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

O direito humano de resistência: a desconstrução da cidadania regulada em prol do empoderamento do cidadão. Reflexos à luz da Constituição de 198831

Leonardo Oliveira Marçal

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Eutanásia: entre o direito à morte digna e a indisponibilidade da vida.....33

Luane Gomes de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

O direito ao nome social como direito fundamental: uma análise da desnecessidade da operação de redesignação sexual à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal34

Luiza Aparecida Nascimento Pereira da Silva

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

Direito à multifetividade em pauta: a dupla paternidade e o registro civil.....35

Maria Luiza Barbosa da Rocha

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

A subjetividade dos conceitos abertos nas punições disciplinares militares.....37

Mayko de Oliveira Andrade

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Os impactos da Lei Ordinária nº 13.467/2017 em relação aos empregados domésticos: atendimento aos preceitos da Lei Complementar nº 150/201538

Ronan Delatorres de Azevedo

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

A dispensa discriminatória do empregado portador do vírus do HIV e os seus direitos no âmbito trabalhista.....40

Talitha Ferreira de Oliveira

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

Aposentadoria rural híbrida ou mista nos moldes do artigo 48, §3º da Lei 8.123/91. Um novo modelo de aposentadoria por idade41

Werlen Cruz Dores

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

CURSO: ENFERMAGEM..... 43

Atuação do enfermeiro no parto humanizado 44

Camilla Tatagiba Brandão e Nayara de Almeida Gomes

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

O desafio da prevenção do câncer de mama45

Maria Eugênia Costa

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

Assistência de enfermagem na depressão pós-parto.....46

Natália Marinho Ribeiro e Elizabeth Maria Cruz

Orientadora: Profa. Esp. Monique Bessa de Oliveira Prúcoli

Coorientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoe

Saúde da família no Brasil47

Thiago Araújo Mendonça

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Orientadora: Profa. Espa. Monique Bessa de Oliveira Prúcoli

Coorientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoe

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), ciente da necessidade de formar profissionais que atendam as demandas da região, idealizou e programou cursos com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos: conscientes de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas. No que concerne à missão institucional, tem-se: “A FAMESC tem como missão formar profissionais de nível superior, garantindo qualidade, solidez, segurança e modernidade, visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual está inserida”.

São ofertadas aos discentes para a conquista de habilidades que caracterizam o seu perfil profissional, no qual se fundem a competência técnica e conceitual, a capacidade de administrar percepções, disponibilidade para ouvir e a habilidade para negociar; com mente aberta para entender as mudanças e flexibilidade suficiente para se adaptar a elas; do trabalho em equipe, criativo, cooperativo e colaborativo; do domínio de línguas e da tecnologia e, principalmente, a capacidade de pensar estrategicamente e propor soluções inovadoras e decisões profissionais embasadas na ética, no bem-comum e na preocupação com as mudanças da sociedade em busca de desenvolvimento sustentável.

Os perfis dos Cursos se inspiram e se voltam para o contexto sócio regional das Regiões Norte e Noroeste Fluminense em que se insere, bem como regiões circunvizinhas de grande expressão e busca, através da atuação de seus

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

egressos, a formulação de novos conhecimentos e na sua ação extensionistas, consolidar e aperfeiçoar o processo de crescimento da cidadania e das Instituições que compõem tais regiões.

A partir de tais variáveis para a formação diferenciada de profissionais alinhados com um cenário contemporâneo que reclama novas perspectivas formacionais, a “Coletânea dos Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso”, como iniciativa da Coordenação Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso, se apresenta como uma proposta diferenciada de publicização dos trabalhos de curso produzidos pelos discentes e conduzidos pelos professores-orientadores.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel

Coordenador Institucional de Pesquisa e de Trabalho de Curso

CURSO:
DIREITO

ALIMENTAÇÃO AVOENGA À LUZ DO MELHOR INTERESSE DO ALIMENTADO SOB A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Autora: Camila Barbosa da Rocha

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

RESUMO

O presente trabalho tem como pressuposto geral analisar a problemática que envolve a Responsabilidade Subsidiária dos avós ao prestar a Alimentação Avoenga, com foco no princípio do Melhor Interesse do Alimentado. Para uma ampla elucidação, faz-se necessário analisar o que dispõem a Constituição Federal sobre o tema, o Código Civil brasileiro em vigência, onde temos dispositivos que atribuem aos avós, uma responsabilidade, complementar e subsidiária, de contribuir com o sustento de seus netos, bem como o Código de Processo Civil em vigor e a jurisprudência, que tem se manifestado de maneira clara e direta sobre o tema. Para desenvolver o estudo que nomeia o título da presente pesquisa, também será necessária uma abordagem dos principais princípios que norteiam e embasam o assunto, principalmente no que tange ao princípio do melhor interesse do alimentado, que sustenta toda a tese aqui apresentada. Composto por três capítulos, o presente trabalho se ateve ao esclarecimento desta modalidade de prestação alimentar, que embora não tão usada, gera grandes discussões. Como metodologia para confecção deste estudo, várias fontes foram utilizadas, a saber: livros doutrinários, pesquisa de jurisprudências e sites da rede mundial de computadores- internet. Conclui-se quanto ao tema expressado que no determinante faz-se necessária a aceção avoenga, quanto às garantias, de sustento dos menores, no que diz respeito à alimentação, vestuário, educação, saúde, pois sem os genitores, para suprirem esses gastos, o menor, não conseguiria

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

prove-los sozinho, necessitando que qualquer membro do círculo familiar auxilie, mas em principal os avós.

Palavras-Chaves: Alimentos. Família. Avoengas. Alimentado. Dever. Sustento. Princípios.

O TRABALHO INFANTIL EM QUESTÃO NO BRASIL

Autora: Cândida Guimarães Gimenes Teixeira

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

O objetivo pretendido com o presente ensaio bibliográfico é discorrer acerca da ramificação do trabalho infantil e suas aplicações no cenário jurídico e social, visando uma reflexão profunda sobre a temática proposta para trazer inquietações aos operadores do Direito. Ainda têm como finalidade traçar o histórico do trabalho infantil fazendo uma ligação com o trabalho escravo presente na maior parte da história do Brasil, a trajetória dos direitos e garantias adquiridos através de lutas e reivindicações de grupos sociais e momentos que foram cruciais para a elaboração e alterações legislativas. A constituição federal promulgada em 05 de outubro de 1988 ampliou os direitos e garantias fundamentais e ainda teve como base os princípios da dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, dando uma nova roupagem a toda estrutura jurídica existente, logo depois com o advento da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispondo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, criando um divisor de águas em se tratando de efetividade das garantias já consagrados pela constituição. Por fim, retrata a problemática sobre seus mais diversos aspectos.

Palavras-Chaves: Trabalho infantil; Direitos da criança; Escravidão.

O PRINCÍPIO DA CELERIDADE NOS PROCESSOS DE INTERDIÇÃO À LUZ DO MELHOR INTERESSE DO IDOSO COM DOENÇA DE ALZHEIMER

Autora: Cláudia Lima Teodoro

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

Não é recente a preocupação do Estado com as pessoas consideradas incapazes, legalmente é oferecida segurança e proteção a essas pessoas através do instituto da curatela, à aqueles que sofreram um processo de interdição. Inseridos nesta situação, encontram-se os idosos, que acometidos pela doença de Alzheimer que apresentam um quadro de incapacidade. No tocante, a condição de idoso, entendida como uma pessoa propensa a vulnerabilidade, garante o direito de prioridade processual estabelecido no Estatuto do Idoso e no Código do Processo Civil. Porém a realidade expressa uma situação que apresenta uma longa distância entre o que é assegurado por lei e o que é efetivado. A estrutura do sistema judiciário tende a ocasionar morosidade também para aqueles que são beneficiados pela prioridade, no caso dos idosos, torna-se agravante, pois se encontram em uma etapa que possuem pouca expectativa de vida e estão propensos a desenvolver doenças que diminuem a qualidade de vida. O princípio da celeridade em processos de interdição, ainda encontra obstáculos para se concretizar, são problemas que se arrastam por anos e anos, e que a princípio estão longe de serem solucionados. As reflexões aqui expostas demonstram que a tendência é que, de acordo com o crescimento da população idosa, cada vez mais o judiciário terá processos envolvendo pessoas idosas como partes.

Palavras-chave: Celeridade, interdição, curatela, Idoso com Alzheimer

**APOSENTADORIA POR INVALIDEZ NO RPPS - REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DA RELAÇÃO DO AMBIENTE
LABORAL DEFICITÁRIO AO LONGO DO PERÍODO DE
CONTRIBUIÇÃO**

Autor: Douglas Moreira Farias

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

RESUMO

O presente projeto de Trabalho de Conclusão de Curso traz como tema base as aposentadorias por invalidez requeridas em demasia nos Regimes Próprios de Previdência Social, seja nos Estados, União e/ou municípios que aderiram à este Regime Previdenciário. Tal tema busca mostrar e trazer para reflexão dos atuais Gestores Públicos a necessidade de buscar meios de controle dos principais diagnósticos apresentados nos inúmeros requerimentos para concessão de tal benefício, que por muita das vezes são repetitivos e assim demonstram grande fragilidade do setor público em ver as necessidades dos servidores com o mínimo de assistência durante sua vida laborativa. Ainda neste projeto de pesquisa tem-se a incumbência de levantar informações sobre as causas mais comuns e rotineiras de uma porcentagem dos servidores públicos do município requerem aposentadoria por invalidez permanente ou não. Algumas doenças são desencadeadas por stress no local de trabalho, grandes jornadas de trabalho, más condições de trabalho como falta de interesse dos gestores na melhoria de local e muitas das vezes o servidor não é submetido a avaliações periódicas no trabalho para assim buscar diagnósticos prévios gerando a diminuição de auxílios doenças nas empresas e possíveis requerimentos de aposentadorias por invalidez. Mas este tema não é desejável para se falar tendo em vista que quando há um requerimento

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

de tal benefício veio subsidiado por uma moléstia ou incapacidade sem previsão de cura no momento adquirida e que tal traga a impossibilidade total à realização de suas atividades laborativas.

Palavras-Chaves: Aposentadoria por Invalidez; Regime Próprio de Previdência; Ambiente Laboral; Segurança do Trabalho.

**QUAL O ACORDO DOUTOR? A CRISE DE EFETIVIDADE NO
MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS: UMA ANÁLISE DO JEC
DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ, NO PERÍODO DE JANEIRO A
DEZEMBRO DE 2017**

Autor: Flávio José Silva Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar se há efetividade na audiência de conciliação do Juizado Especial Cível na comarca de Bom Jesus do Itabapoana, abordando se á uma crise de efetividade no Juizado Especial Cível de Bom Jesus do Itabapoana, caracterizando o acesso à Justiça e analisando o que dispõem a Lei nº 9099/95, como instrumento de efetivação do acesso à Justiça, sobre os juizados especiais cíveis, bem como discorrer sobre o os métodos de resolução de conflito, tendo como enfoque a conciliação. Ao final da Pesquisa busca-se verificar se a audiência de conciliação do Juizado Especial Cível de Bom Jesus do Itabapoana/RJ se encontra afetada, desvirtuando-a dos princípios na qual foi esculpida. A pesquisa é caracterizada por um estudo de caso, utilizando-se dos métodos científicos dedutivo, partindo-se do tema geral para o particular. É composto de quatro capítulos, incluindo a introdução que discorre sobre a temática e objetivos de realizá-la. Faz-se uma análise do Processo Histórico de Reconhecimento do Acesso à Justiça, passando pelas ondas previstas por Cappelletti e Garth, em seguida trata do Juizado Especial Cível como meio de aproximação entre sociedade e poder judiciário e por ultimo, uma análise de campo, observando o quantitativo de audiências realizadas com acordo do Juizado Especial Cível de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, no período de janeiro a dezembro

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

de 2017. A partir desse estudo comprovou-se que de fato na Comarca de Bom Jesus do Itabapoana/RJ não há efetividade esperada na audiência de conciliação do Juizado Cível da comarca supra.

Palavras-Chaves: Justiça. Acesso à justiça. Tratamento. Conflito. Princípios. Conciliação.

A ALIENAÇÃO PARENTAL NO GENITOR ALIENADO

Autora: Jéssyca Boechat Soares

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo realizar uma abordagem da alienação parental no genitor alienado, passando pela evolução histórica da entidade familiar e também pelo poder familiar. O trabalho possui como sendo um dos principais objetivos demonstrar os efeitos nocivos da alienação parental para a o desenvolvimento dos menores envolvidos e também nos genitores. Abordando também a Lei nº 12.318/2010, que dispõe acerca da alienação parental, trazendo sua definição, características e punições para o genitor alienante caso fique demonstrada a prática da alienação, buscando assim, trazer maiores esclarecimentos acerca desse tema que atualmente é bastante discutido, haja vista o crescente número de divórcios.

Palavras-Chaves: Família; Genitor; Alienação; Poder Familiar

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NA CONDUTA DE POSSE DE DROGAS PARA USO PESSOAL

Autor: João Paulo Padilha Aquino

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

A aplicação do princípio da insignificância em casos de conduta de posse de drogas para consumo pessoal tem dividido opiniões no meio jurídico, havendo corrente doutrinária e jurisprudencial que considera que a aplicação de penas, ainda que não sejam restritivas de liberdade, ferem princípios fundamentais, considerando o 28 da Lei nº 11.343/2006 inconstitucional, enquanto outra corrente considera tal conduta lesiva, acarretando perigo e dano à sociedade, além de induzir a prática de outros delitos. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar a aplicação do Princípio da Insignificância na conduta de posse de drogas para uso pessoal. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, apresentando informações buscadas em livros, artigos e jurisprudência constantes em bases de dados jurídicas, considerando os trabalhos disponíveis gratuitamente, na íntegra e em língua portuguesa, sem limitação de data. Conclui-se que, segundo o entendimento construído após a presente pesquisa, o Direito Penal só deve intervir quando estritamente necessário, havendo lesividade na conduta do agente, ainda que em casos de perigo abstrato. Assim, nos casos em que a quantidade de drogas em posse do agente for ínfima, o princípio da insignificância deve ser aplicado.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Porte de Drogas. Descriminalização. Lei nº 11.343/06.

DESATANDO NÓS E FORTALECENDO LAÇOS? OS OBSTÁCULOS DA EFETIVAÇÃO DA MEDIAÇÃO EM UM SISTEMA ADVERSARIAL PROCESSUAL BELIGERANTE

Autor: Joaquim Jacintho da Silveira Neto

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O pressuposto geral tomado como início para o presente trabalho, foi a análise da problemática, envolvendo acesso à justiça, as ondas estudadas, referente ao presente tema, os novos métodos extrajudiciais para resolução de conflitos, dando principal enfoque ao instrumento Mediação. Tendo-se como foco principal a aplicabilidade dos direitos Humanos e princípios fundamentais defendidos constitucionalmente. Para início da presente análise foi necessário, estudo da Constituição e leis extravagantes que tratam do assunto. Posteriormente, feita leitura, para completa elucidação de doutrina tratando sobre acesso à justiça. Por conseguinte, uma observação de quais benefícios do novo Código de Processo Civil, trouxe consigo após sua promulgação. Composto por quatro capítulos, o presente trabalho se manteve, no tocante a demonstração das dificuldades que o Poder Judiciário brasileiro tem em fornecer o ideal acesso à justiça, mesmo sendo dotado do monopólio jurisdicional. Como metodologia, para devida estruturação do presente texto, foram utilizadas várias fontes, como: livros, doutrinas, artigos, jurisprudências e sites. A atribuição conclusa e concisa do presente trabalho, foi devidamente, que o Poder Judiciário, mantém-se em crise, e se nada for feito a respeito à morosidade só deve aumentar. Porém, os instrumentos de tratamento de conflitos, têm auxiliado bastante e devem ser mais explorados para que a melhora surja.

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

Palavras-Chaves: Justiça. Acesso à justiça. Tratamento. Conflito. Mediação. Dever. Princípios.

**A APLICABILIDADE DO INSTITUTO DA DETRAÇÃO PENAL NAS
MEDIDAS CAUTELARES SUBSTITUTIVAS DA PRISÃO PROCESSUAL
INSTITUÍDAS PELA LEI Nº 12.403/2011**

Autor: Julliana Guimarães de Moraes Dutra Leal

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdán Rangel

RESUMO

A Lei 12.403/2011 inseriu no Código de Processo Penal novas medidas cautelares pessoais diversas da prisão, com finalidade de diminuir o encarceramento do indiciado ou acusado antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, fazendo com que a prisão preventiva se tornasse medida excepcional, de aplicação subsidiária. No entanto, apesar dos benefícios trazidos pela lei, a mesma é omissa no que se refere a aplicação do instituto da detração no tocante a essas medidas. Nesse contexto, o presente trabalho, em um primeiro momento fará uma análise histórica, discorrerá sobre os princípios constitucionais do Sistema Processual Penal, discutirá acerca das medidas cautelares diversas da prisão, trazida pela lei e inserida no artigo 319 do Código de Processo Penal. Além disso, em um segundo momento, discutirá o conceito de detração, e a influência das atenuantes inominadas, analisa se será possível a aplicação do instituto da detração para casos de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Por fim analisa a respeito da aplicação das medidas em face de parlamentares, começando pela Constituição Federal e terminado pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chaves: Medidas Cautelares. Detração. Atenuantes Inominadas. Foro Privilegiado.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A SUA INTERFERÊNCIA NO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Autora: Larissa Passalini Paixão

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O principal objetivo do presente trabalho foi apresentar a problemática existente entre a liberdade de expressão consagrada nos meios de comunicação e a sua interferência no sistema processual penal brasileiro. Composto de três capítulos, o presente trabalho se manteve a transmitir conceitos, características, métodos e fatos reais que originam na discussão que ora pretende ser analisada. Em um primeiro momento, foram disponibilizadas as teorias e as principais características que norteiam a atividade jornalística. Analisou-se a figura de linguagem utilizada pelos veículos midiáticos e a sua atuação no meio social como fonte necessária para o desenvolvimento democrático. Adentrou-se no ordenamento jurídico para que fossem demonstrados artigos inerentes à boa e fiel aplicação da comunicação jornalística no Estado brasileiro, assim como os limites impostos pela mesma. A produção da liberdade de expressão do ser humano foi demonstrada através de fatos verídicos e concretos vivenciados no âmbito da sociedade brasileira e no mundo. Em contrapartida, foi demonstrado que a livre expressão não é plena e que poderá vir a ser limitada quando colidir com direitos individuais consagrados na Constituição Federal de 1988 e no ordenamento jurídico penal. Como metodologia, para devida estruturação do presente texto, foram utilizadas várias fontes, tais como: livros, doutrinas, artigos, jurisprudências e sites. A finalidade a ser alcançada é demonstrar que os meios de comunicação são necessários para o desenvolvimento social, mas que deverá ser contido quando interferir na imagem de outrem e, no caso de um acusado, ser influente em seu devido processo penal.

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

Palavras-Chaves: Comunicação social. Liberdade de expressão. Veículos midiáticos. Processo Penal. Violação. Princípios.

A FUNÇÃO SOCIAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU VERDE) COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Autora: Laura Madeira de Moraes

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

RESUMO

O meio ambiente passou a ser visto sob outro aspecto em relação aos Estados e a sociedade, sendo uma preocupação. Por um lado, tem-se o meio ambiente que detém recursos naturais finitos e, de outro lado, as necessidades humanas que, por sua vez, são inexauríveis. Logo, surge a necessidade de racionalizar a utilização dos recursos naturais com o objetivo de garantir as presentes e futuras gerações o direito de usufruir de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. No Brasil, foi estabelecida a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente em 1981 que foi recepcionada pela Constituição Federal em 1988. A Carta Magna em seu art. 225 instituiu o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito difuso e, além disso, como um direito intergeracional. Isso significa que a todos alcançam sua preservação e todos são prejudicados da sua degradação, inclusive as gerações que ainda estão por vir. Nesse contexto, foram criados programas fiscais como uma forma de proteger o meio ambiente e incentivar a economia verde, dentre os quais surgiu o IPTU Verde. A Constituição Federal também dispôs no artigo 5º, XXIII que a propriedade deve atender a sua função social, ou seja, o proprietário pode usar, gozar e dispor, bem como reavê-la, desde que o exercício dessa propriedade corresponda aos anseios da sociedade, pois como já salientado, seu mau aproveitamento atinge a todos. Dessa maneira, considerando esse preceito constitucional, justificar-se-ia a isenção do IPTU ou a redução de alíquotas e bases

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

de cálculo para aqueles indivíduos adeptos de comportamentos ecologicamente corretos.

Palavras-Chaves: Propriedade; Direito Fundamental; Meio Ambiente; Impostos; IPTU.

O DIREITO HUMANO DE RESISTÊNCIA: A DESCONSTRUÇÃO DA CIDADANIA REGULADA EM PROL DO EMPODERAMENTO DO CIDADÃO. REFLEXOS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Autor: Leonardo Oliveira Marçal

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O descrédito da população quanto à segurança fornecida pelo Estado, faz com que se alimente a crença de que o cidadão estará mais protegido se puder portar uma arma de fogo, independente dos riscos de transtornos ou acidentes. Nesse sentido, a questão que o presente estudo buscará responder é: o Estado possui poder de impedir que o cidadão utilize os meios necessários na garantia do seu direito de autodefesa, afrontando a Constituição no que se refere aos direitos sociais e individuais à segurança? Assim, este estudo tem como objetivo analisar os obstáculos para o exercício do direito de resistência, na condição de direito fundamental, no contexto jurídico brasileiro. Entende-se que é de suma importância que este debate seja trazido à tona e se busque um maior aprofundamento da temática, pois é matéria que diz respeito à segurança de toda a população e, diante de tamanha celeuma, que a população seja consultada sobre as mudanças na lei atual, cabendo aos legisladores respeitarem a vontade da maioria, seja pelo armamento ou desarmamento, do contrário, a democracia estará deixada de lado. Ao final do presente estudo, não se pretendeu esgotar o tema, por ser assunto que suscita acalorados argumentos favoráveis e contrários, mas espera-se ter trazido maior aprofundamento ao tema, cabendo a cada cidadão formar sua opinião.

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

Palavras-chave: Direito de Resistência. Autodefesa. Cidadania. Estatuto de Desarmamento.

EUTANÁSIA: ENTRE O DIREITO À MORTE DIGNA E A INDISPONIBILIDADE DA VIDA

Autora: Luane Gomes de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de demonstrar até onde vai o poder do Estado. Ou até onde o ser humano pode ter autonomia na vida, quando na Constituição Federal/88 expõe que toda a pessoa tem o direito a vida, mas no projeto em questão destaca o direito que a pessoa tem em abrir mão da vida, quando já esgotado todos os meios possíveis de cura. Ou até onde vai a dignidade do paciente que se encontra em estado vegetativo ou com alguma enfermidade incurável. Para essa problemática, trás o foco em questão a chamada Eutanásia, que nada mais é que a antecipação da morte através de médicos, por meios de medicamentos injetáveis, em pacientes ao qual não se tem mais chance alguma de vida, apenas de dor e sofrimento. Em seguida, alguns apontamentos acerca da dignidade da pessoa humana, quais seus benefícios, até onde o Estado tem direito de agir, e até quando acaba o direito do cidadão e começa o do Estado.

Palavras-Chaves: Eutanásia, Distanásia, Mistanásia e Ortotanásia. Dignidade da Pessoa Humana. Morte Digna

**O DIREITO AO NOME SOCIAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL: UMA
ANÁLISE DA DESNECESSIDADE DA OPERAÇÃO DE REDESIGNAÇÃO
SEXUAL À LUZ DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL**

Autora: Luiza Aparecida Nascimento Pereira da Silva
Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem como tema principal os transexuais e o direito ao nome. O transexual é aquele indivíduo que não aceita aquele corpo em que nasceu, acreditando que nasceu em um corpo errado. E por ter uma falta de harmonia entre seu sexo biológico e o sexo psicossocial vive um constante conflito interno e anseia compulsivamente pela identidade do sexo oposto. Na maioria das vezes buscam cirurgicamente resolver tal questão. Até pouco tempo atrás apenas depois de realizada a cirurgia é que poderia ocorrer a mudança de nome e gênero e ainda assim judicialmente. Tal procedimento é de grande relevância para evitar situações vexatórias, tornando assim possível uma maior aceitação livre de preconceitos.

Palavras-chave: Transexual. Princípios. Sexualidade. Alteração do nome. Transgenitalização.

DIREITO A MULTIAFETIVIDADE EM PAUTA: A DUPLA PATERNIDADE E O REGISTRO CIVIL

Autora: Maria Luiza Barbosa da Rocha

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar um novo olhar sobre a influência multiparental, em aplicação às mutações sofridas pela sociedade e pela legislação brasileira. Tem o objetivo de demonstrar a nova resolução do CNJ sobre o registro dos relacionamentos homoafetivos, como também, qual impacto causa uma criação de um menor nestes ditames. Uma justificativa, muito precedente para tal pesquisa, é que na atualidade a sociedade a cada dia tende a modificar-se um pouco, e nestes ditames, sem uma legislação bem formada e correlata a tudo que ocorre, teríamos uma norma inaplicável, por falta de pressupostos aplicável aos casos concretos existentes, tornando dessa forma, a norma ineficaz. A pesquisa sempre utilizou o método dedutivo, com confirmação doutrinária, legal, jurisprudencial, fazendo o uso de livros e artigos científicos sobre a presente temática. O desenrolar do trabalho, leva o leitor a apreciar a seguinte organização, no primeiro capítulo foi demonstrada a evolução do conceito e acepção do termo família. Em seu segundo capítulo o texto traz um estudo sobre os princípios do direito de família, deixando bem claro, que estes, encontram-se na carta magna, como nas leis extravagantes sobre o tema. No terceiro capítulo é tratado Direito de família, após a promulgação da Constituição de 1988, e as mudanças e melhoramentos que ocorreram. No quarto capítulo é feita análise do caso constante no título do texto. Conclui-se que pós-modernidade, não pode ser garantida diferenças entre os seres humanos, apenas pelas suas crenças ou

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

escolhas, sendo dessa forma, aceito tudo que não for contra lei. As modificações legais deixam isso mais claro, tentando fazer com que a norma se mantenha eficaz mesmo com as mutações que ocorrem no dia a dia.

Palavras-Chaves: Família, Afeto, Pluralismo, Paternidade, Multiparentalidade, Socioafetividade.

A SUBJETIVIDADE DOS CONCEITOS ABERTOS NAS PUNIÇÕES DISCIPLINARES MILITARES

Autor: Mayko de Oliveira Andrade

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise dos critérios subjetivos adotados para a aplicação das punições por transgressões disciplinares cometidas por agentes militares de segurança pública, em especial os policiais militares do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é caracterizada pela análise de dispositivos legais e de regulamentos disciplinares das instituições militares, bem como de doutrinas de direito administrativo e constitucional que norteiam princípios que permeiam a administração pública, em especial o princípio da legalidade. É composto por quatro capítulos, incluindo-se a introdução, a qual discorre sobre a temática e sobre os objetivos almejados com o presente trabalho. Faz-se uma explanação sobre a formação e evolução das forças policiais, desde o período colonial até os dias atuais. Relata ainda sobre a definição de transgressão tanto no meio administrativo, quanto no âmbito militar. Por fim, relata-se sobre a subjetividade encontrada nos critérios de aplicação das punições disciplinares militares.

Palavras-Chaves: Segurança pública. Agentes de Segurança Pública. Transgressão. Subjetividade.

**OS IMPACTOS DA LEI ORDINÁRIA Nº 13.467/2017 EM RELAÇÃO
AOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS: ATENDIMENTO AOS PRECEITOS
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 150/2015**

Autor: Ronan Delatorres de Azevedo

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho visa esboçar, as modificações implicadas pela nova legislação trabalhista, principalmente no âmbito dos empregados domésticos, de forma a demonstrar quais foram as mudanças e quais controvérsias podem ser apontadas, tanto sobre melhorias quanto os prejuízos para tal classe trabalhista. A hipótese principal do trabalho, é a demonstração dos quesitos trabalhistas que sofreram algum tipo de mudança. O problema trabalhado é sobre a mensuração da problemática, de serem benéficas ao trabalhador ou para o empregador. No primeiro capítulo, foi demonstrado a evolução trabalhista brasileira, e como os trabalhadores foram conseguindo manter seus direitos adquiridos. No segundo capítulo a demonstração pendia diretamente aos trabalhadores domésticos, demonstrando que anteriormente, não tinham normas regulamentadoras. No terceiro capítulo, breve apontamento da Lei Complementar nº 150/2015, e a regulamentação dos empregados domésticos, atingindo o mesmo patamar dos outros trabalhadores, sendo estes, urbanos e rurais. No quarto capítulo fora demonstrado os impactos da reforma trabalhista, promulgada pela Lei Ordinária nº 13.467/2017, e se os atendimentos de tal legislação perfazem as exigências da LC 150/2015. Os resultados obtidos no presente trabalho foram em relação da melhora normativa, quanto ao assessoramento dos empregados domésticos, porém diversas mudanças ainda podem ser implementadas, buscando o alcance de

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

condições ainda melhores de trabalho. Foi empregado a metodologia de forma dedutiva, com confirmação doutrinária, legislativa e jurisprudências, dos tribunais superiores.

Palavras-Chave: Trabalho doméstico; Direitos; Empregado; Empregador; Reforma; Proteção.

A DISPENSA DISCRIMINATÓRIA DO EMPREGADO PORTADOR DO VÍRUS DO HIV E OS SEUS DIREITOS NO ÂMBITO TRABALHISTA

Autora: Talitha Ferreira de Oliveira

Orientador: Prof. Me. Felipe Nogueira Alves da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a proteção jurídica dada ao indivíduo soropositivo no âmbito das relações trabalhistas, uma vez que o número de pessoas portadoras do vírus HIV no Brasil aumentou no último ano em 3% conforme o novo relatório da UNAIDS, diante desse problema, e das dificuldades dessas pessoas em adentrarem ou permanecerem em seus trabalhos, devido à falta de informação sobre o contágio e a transmissão da doença, e ao estigma que essa carrega, ligado a pessoas que levam a vida de maneira desregrada, é que o Tribunal Superior do Trabalho em 2012 editou a súmula 443, ratificando legislações internacionais em que o Brasil é signatário e normas brasileiras anteriores que já tratavam sobre a discriminação sofrida em matéria de emprego. O amparo dado ao indivíduo infectado pelo vírus do HIV é importante no meio social e também na esfera do trabalho, pois é daí que o trabalhador tira o seu sustento e o de sua família, garantindo assim uma existência digna. A metodologia utilizada para abordar esta pesquisa, foi feita através de artigos científicos, doutrinas do Direito do Trabalho e Direito Constitucional, jurisprudências e sites. Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que o empregado soropositivo está amparado por normas que garantem a ele a tutela de seus direitos, porém a discriminação e o preconceito é algo enraizado na cultura do ser humano.

Palavras-chave: Portador do vírus do HIV. Relação de Emprego. Dispensa Discriminatória. Súmula 443 do TST.

**APOSENTADORIA RURAL HÍBRIDA OU MISTA NOS MOLDES DO
ARTIGO 48, § 3º DA LEI 8.213/91. UM NOVO MODELO DE
APOSENTADORIA POR IDADE**

Autor: Werlen Cruz Dores

Orientador: Prof. Me. Oswaldo Moreira Ferreira

RESUMO

A partir da Lei nº 11.718/2008, criou-se uma discussão jurisdicional e doutrinária sobre a aposentadoria por idade híbrida e se esta seria somente concedida aos trabalhadores rurais, desconsiderando os trabalhadores urbanos que possuíssem tempo de trabalho na atividade rural, mas que, na data do requerimento, fossem trabalhadores urbanos. Diante desta situação, este estudo teve por objetivo analisar o modelo de aposentadoria por idade híbrida nos moldes do artigo 48, § 3º da Lei 8.213/91. A metodologia aplicada ao desenvolvimento da presente pesquisa se configura no método indutivo, com pesquisa bibliográfica, com o objetivo de se vislumbrar a forma como este tipo de aposentadoria vem sendo aplicada. No primeiro capítulo buscou-se analisar os aspectos da Previdência Social, explanando brevemente sobre a história da Seguridade Social; os princípios norteadores da Previdência Social e as fontes de custeio. No segundo capítulo, abordou-se a aposentadoria por idade do trabalhador rural, posteriormente do trabalhador urbano e, por fim, da aposentadoria mista ou híbrida. No terceiro capítulo, tratou-se dos meios e formas de comprovação da atividade rural para o trabalhador rural ter direito à aposentadoria por idade híbrida; os motivos que ensejaram a Lei nº 11.718/2008, sua interpretação e aplicação. Concluiu-se que o tema foi pacificado, tendo cabido aos operadores do Direito a tarefa de fazer valer os princípios contidos na Constituição Federal e corrigir uma possível injustiça

Resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso (2018.1)

Curso: Direito

diante daqueles que trabalharam durante toda uma vida e que, devido a` idade, necessitam da proteção do Estado para sua subsistência.

Palavras-chave: Aposentadoria por idade; Trabalhador rural; Aposentadoria híbrida.

CURSO:
ENFERMAGEM

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PARTO HUMANIZADO

Autoras: Camilla Tatagiba Brandão e Nayara de Almeida Gomes

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Caixeta Franco Andrade

RESUMO

O parto natural humanizado trata o momento do parto como algo fisiológico ao corpo da mulher, através de uma visão mais humana e acolhedora e menos medicalizada e hospitalizada, e também o mínimo de intervenções possíveis. O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica, foram utilizados como fonte de pesquisas artigos científicos do Scielo e do Google acadêmico e também monografias sobre o tema abordado. O artigo trás o conceito mais amplo de parto humanizado, e também cita e menciona os benefícios e riscos do parto humanizado para a mulher. O objetivo primordial é descrever e ressaltar a atuação do enfermeiro na parte assistencialista como na educação em saúde. Concluindo é importante mencionar que o parto humanizado ainda é muito pouco difundido entre a população e também muito pouco encorajado entre as gestantes, entretanto assim como em outros procedimentos assistências no parto humanizado, a atuação do enfermeiro vem ganhando destaque devido a importância da sua atuação.

Palavras- chave: Parto Humanizado. Riscos do Parto Humanizado. Benefícios do Parto Humanizado. Atuação do Enfermeiro no Parto Natural Humanizado.

O DESAFIO DA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

Autora: Maria Eugênia Costa

Orientador: Prof. Dr. Tauã Lima Verdan Rangel

RESUMO

O risco do câncer de mama tem aumentado muito no Brasil nos últimos anos. A neoplasia da mama é considerada como o segundo tipo de câncer mais comum no mundo, sendo mais frequente entre as mulheres. Idade precoce da menarca e tardia da menopausa, obesidade e o consumo de álcool são alguns fatores de risco para o surgimento do câncer de mama. Esta epidemiologia abrange toda a parte de prevenção no município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ. O município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ tem enfrentado o desafio de prevenir o câncer de mama, através do “Outubro Rosa”, assim como em outros programas. A campanha de conscientização surgiu na década de 90 e desde então, anualmente todo mês de outubro é dedicado a essa campanha. O município também conta com o auxílio e ajuda da Faculdade Metropolitana São Carlos, que tem feito eventos no mês de outubro, realizando uma semana de palestras e orientações, mostrando a importância do descobrimento precoce dessa patologia. Apesar de ser um câncer de prognóstico bom, as taxas de mortalidade é alta, cerca de 13 mil mulheres morrem por ano por conta desse tumor. Bom se descoberto e tratado precocemente. Sendo assim a conscientização e a prevenção dessa neoplasia é essencial.

Palavras-chave: Câncer de Mama; Prevenção; Autoexame.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA DEPRESSÃO PÓS- PARTO

Autoras: Natália Marinho Ribeiro e Elizabeth Maria Cruz

Orientadora: Profa. Espa. Monique Bessa de Oliveira Prúcoli

Coorientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoe

RESUMO

A depressão pós-parto é uma doença que pode aparecer durante as primeiras semanas depois do parto, com resultados desfavoráveis para a família, o bebê e a mãe. Os agentes de saúde, essencialmente os enfermeiros, médicos e psicólogos, devem estar capacitados a cuidar com a finalidade de evitar traumas para a mãe, filhos, e familiares. Assim destaca-se a importância da assistência de enfermagem à mulher durante o pré-natal e puerpério, pois o enfermeiro acompanha a mulher durante a gestação e após o parto, contribuindo de forma positiva na qualidade de vida de mãe e filho, favorecendo um diagnóstico precoce a doença, com início do tratamento e rápida recuperação da mulher. A depressão pós-parto acomete entre 15 a 20 % das parturientes, mas sabe-se que boa parte das mães que sofreram ou sofrem deste distúrbio não procura ajuda para esse problema afetivo, preferem utilizar todos os seus recursos médicos para o bebê e não para si mesma. A revisão literária realizada demonstra que é essencial que o transtorno seja identificado para que ambos, mãe e bebê recebam o cuidado profissional adequado, minimizando assim qualquer prejuízo ocasionado a eles.

Palavras-chave: Depressão Pós-Parto; Assistência de Enfermagem; Prevenção.

SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL

Autor: Thiago Araújo Mendonça

Orientadora: Profa. Espa. Monique Bessa de Oliveira Prúcoli

Coorientadora: Profa. Ma. Carolina Crespo Istoe

RESUMO

O Programa Saúde da Família (PSF), adotado em 1994, surge como uma importante estratégia de reorganização da saúde no Brasil. O presente trabalho objetiva conhecer o funcionamento da Estratégia Saúde da Família no Brasil e sua praticabilidade. E para tanto, nos atentaremos para descrever sobre o que consiste a Estratégia Saúde da Família, no sentido de aprofundar sobre sua implantação e funcionamento, identificando se as atribuições dos profissionais que compõe a equipe são implementadas conforme o Ministério da Saúde preconiza. A metodologia utilizada nesse estudo se baseia na abordagem avaliativa em uma revisão de literatura, de forma prospectiva e descritiva que se fez apoiada em editoriais do Ministério da Saúde e em buscas eletrônicas de revistas e periódicos científicos com publicações seriadas, organizados através de índices nas bases de dados da Biblioteca Virtual da Saúde. A Estratégia Saúde da Família apresenta grande capacidade de se tornar um sistema eficaz para encarar as vulnerabilidades da saúde no Brasil, visto que superar a vulnerabilidades necessita de competência e coragem para modificar as dificuldades no âmbito das prática já existente com a perspectiva de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde nos municípios por meio do aumento do nível de formação das equipes que nela trabalham.

Palavras-chave: Saúde da Família; Estratégia Saúde da Família; Enfermeiro.